

Neoliberalismo e individualismo¹

Leda Maria Paulani

Dentre os vocábulos que ganharam o debate intelectual e a mídia, nesta última década do milênio, ao lado de “globalização”, “pós-modernismo” e outros mais, encontra-se, certamente, “neoliberalismo”. Carregado de conotações políticas e ideológicas e muitas vezes utilizado pura e simplesmente como sinônimo de “liberalismo”, o termo acabou por se autonomizar, por ganhar vida própria, de modo que, no mais das vezes, é utilizado sem que se saiba exatamente a que se refere, ou, no jargão da lingüística, sem que se conheça a relação que de fato existe entre este signo e seu referente. O objetivo deste artigo é mostrar que uma definição precisa do termo passa pelo correto entendimento da natureza do individualismo que lhe serve de base. O artigo tem quatro seções. Na primeira busca-se recuperar, em largos traços, a doutrina do liberalismo clássico, particularmente seus desdobramentos no nível econômico. A segunda discute, partindo de Anderson (1995), as origens do neoliberalismo, sua relação com o ideário vigente no pós-guerra e sua vinculação com um determinado tipo de individualismo. A terceira mostra o caráter controverso da aplicação do adjetivo “neoliberal”, tomando por base Peters (1998), para quem as políticas normalmente identificadas com o neoliberalismo não podem ser assim rotuladas e devem ser consideradas apenas como uma “estratégia de liberalização”.

I

Para falar sobre o neoliberalismo é preciso dar um passo atrás e lembrar inicialmente do liberalismo original, da doutrina que primeiramente foi reconhecida como liberalismo. Só assim entenderemos o porquê do prefixo “neo” que foi adicionado ao termo. Veremos então quais são as duas grandes diferenças que marcam esses dois momentos do pensamento social.

O liberalismo, como todos sabem, é uma doutrina social que nasce com Locke, no século XVII, atravessa todo o século XVIII, passa pela filosofia radical inglesa, pelo iluminismo escocês e pela mão invisível de A. Smith até sofrer um duro questionamento no século XIX, pelas mãos de Auguste Comte e Karl Marx, entre outros, mesmo século este, aliás, em que o capitalismo experimenta suas primeiras grandes crises. Ao longo desse périplo sofreu mutações e mudanças de

(1) Este texto faz parte da pesquisa “Modernidade e Discurso Econômico”, que conta com financiamento do CNPq. Nesta etapa pude contar com a ajuda do estudante Fernando Longo Cardos Dias da FEA/USP, a quem agradeço.

enfoque, teve desdobramentos na Alemanha com Kant e com a filosofia do direito de Hegel e, por meio de Rousseau, chegou até a Revolução Francesa.

O liberalismo, quando nasce pelas mãos do arguto, modesto e piedoso, segundo seus contemporâneos, John Locke, está visceralmente ligado à filosofia dos direitos naturais, prega a tolerância política e religiosa, exige o direito de defesa contra o arbítrio e mostra-se coerente com a visão de mundo que advoga que os homens nascem livres, tanto quanto nascem racionais. Trata-se, nessa medida, de um desdobramento da grande transformação que dá origem ao pensamento moderno e que coloca, no primeiro plano, o homem e o desmesurado poder da razão com que foi brindada sua natureza. Em suma, para dizer em poucas palavras, o liberalismo, no momento de seu nascimento, é fundamentalmente filosófico e político.

Como se relaciona ele com o liberalismo econômico que ganha força no século XVIII com A. Smith e John Stuart Mill? Para responder a essa questão é preciso tocar em três pontos. O primeiro deles tem a ver com a associação, feita já pelo próprio Locke, entre liberalismo e defesa da propriedade privada. Diferentemente de Hobbes, Locke via a relação entre o estado e o indivíduo, não como uma relação entre governantes e governados, mas como um pacto social estabelecido entre homens igualmente livres e que tinha por objetivo preservar os direitos naturais, dentre os quais encontrava-se, para ele, não apenas o direito à vida e à liberdade mas também o direito à propriedade de bens materiais. Este último, apesar de não inato (como o direito à vida e à liberdade), seria, tanto quanto os dois primeiros, natural (porque legitimado pelo trabalho) e, nessa medida, anterior à própria sociedade civil.

O segundo ponto está relacionado à proximidade do conceito com a idéia de igualdade (pelo menos no plano jurídico, igualdade implica liberdade e vice-versa). Quem vai se preocupar decididamente com isso é Rousseau. O pensador francês, que levou às últimas conseqüências a linha de pensamento iniciada pelo humanismo renascentista, afirmava o princípio da liberdade como direito inalienável do homem e acreditava que recusá-la seria recusar a própria qualidade de ser humano. Apesar disso, porém, Rousseau alertava que, sem um mínimo de igualdade social, a liberdade civil seria impossível.

Entretanto, e entramos com isso no terceiro ponto, desenvolve-se na Inglaterra e como desdobramento da própria doutrina liberal, a escola utilitarista, cuja ambição era transformar a ética numa ciência positiva do comportamento humano, ciência que Bentham, seu principal expoente, queria tão exata quanto a matemática.² Na esteira do mesmo tipo de problemática que havia impulsionado toda uma série de pensadores anteriores, a saber, quais são os princípios morais capazes de garantir a coesão (e a ordem) numa sociedade desprovida de relações hierárquicas (porque pautada na igualdade e na liberdade), Bentham discorda das

(2) A primeira obra econômica de Bentham, "A defesa da usura", de 1787, já o revela como discípulo de Smith e partidário do *laissez-faire*.

premissas contratualistas e vai considerar que a obediência civil só se justifica se ela contribuir mais para a felicidade geral do que a não-obediência. Mas o que seria a “felicidade geral”? A premissa básica do utilitarismo benthamita reza que cada homem age sempre motivado pelo seu próprio interesse.³ Com isso, Bentham reduz explicitamente toda a motivação humana ao desejo de maximizar utilidade e, como considera a “comunidade” um corpo fictício, conclui que o interesse da comunidade só pode ser definido como a soma dos interesses de seus diversos membros. Sendo assim, cada indivíduo, ao perseguir seu próprio bem, está também perseguindo o bem do conjunto. James Mill, de seu lado, demonstrava esse mesmo teorema apelando à lei da associação psicológica, segundo a qual a felicidade alheia é desejada porque é intimamente relacionada com a própria.

Isto posto, vejamos como a mão invisível de Adam Smith passa por todos esses elementos. Sendo tributário da mesma tradição intelectual, Smith vai utilizar em sua teoria o mesmo tipo de raciocínio, pautado na dedução lógica, e a mesma idéia de natureza humana, a saber, uma natureza que deve ser considerada de modo singular e que se mostra, por isso, como anterior à própria sociedade. Smith inclui nessa natureza a propensão à troca, assentada, por sua vez, no caráter autocentrado da primeira. A partir daí, e tomando a propriedade como pressuposto, Smith demonstra que, na esfera das relações econômicas, a coincidência entre os interesses privados e o interesse público está garantida. Cada um agindo livremente em função de seus próprios interesses e sendo movido conscientemente apenas por eles, produz um resultado que não fazia parte de suas intenções: o progresso e a riqueza da nação. Além do mais, esse progresso abrangeria toda a sociedade, atingindo inclusive as camadas mais baixas da população. Smith estando certo, obter-se-ia então o mínimo de igualdade social que preocupava Rousseau como condição para a existência e sustentação da liberdade civil. O *laissez-faire* aparecia, portanto, como uma conclusão lógica desse tipo de raciocínio.

Cabe aqui adiantar que já estava em germe, nas considerações de Smith, uma idéia que seria cara aos pais do neoliberalismo, dentre eles, e de modo particular, Hayek: a economia de mercado, ou em outros termos, a sociedade organizada materialmente pelo mercado, constituiria a única possibilidade de compatibilizar, de um lado, a liberdade individual, e de outro, um resultado social aceitável que, no entanto, seria não-intencional. Não se tratava, portanto, de postular de antemão, como resultado necessário, qualquer tipo de equilíbrio ou de otimalidade que o sistema inexoravelmente atingiria. Retomaremos esse ponto mais adiante.

O século XIX, como é sabido, assiste, precisamente, à primeira onda de grandes crises experimentadas pelo sistema capitalista. De outro lado, e mesmo

(3) Diz Bentham: “No curso geral da vida, em todo coração humano, o interesse próprio predomina sobre todos os outros interesses em conjunto... A preferência por si mesmo tem lugar em toda parte” (apud Hunt, 1989: 148).

antes disso, o desenrolar dos acontecimentos na França impusera um refluxo aos movimentos sociais e demonstrara cruamente o caráter particular, ou seja, de classe, dos ideais universais que então se pregavam: a liberdade civil, particularmente a liberdade política, encontrava pela frente as barreiras impostas pelos interesses de classe então em jogo; a igualdade, de seu lado, parecia restringir-se, quanto muito, à esfera jurídica.

Tudo isso, em suma, ia denunciando o liberalismo como ideologia, como visão de mundo afinada com um momento histórico específico, que assistia à ascensão de uma determinada classe ao topo da pirâmide social. A liberdade impunha-se aí como o primeiro valor. Sem ela, e sem a igualdade a ela conectada, a classe então nascente não teria como lograr o poder político que deveria coroar o poder econômico que vinha sendo conquistado naturalmente, como naturalmente vinha se impondo a força do dinheiro e o estatuto da propriedade privada.

O liberalismo, inclusive nos pontos de contato que possui com o utilitarismo, constitui, portanto, expressão do espírito de sua época e da base objetiva (material, social e política) que determinava esse espírito. Nem por isso, porém, os valores então em jogo deixavam de ser universais. Ainda que a serviço de interesses de classe bastante bem definidos, a liberdade e a igualdade dizem respeito a todo o gênero humano, de modo que sua defesa é inapelavelmente universal. Assim, na medida em que a doutrina liberal foi constrangida, desde seu nascimento, e por razões históricas, à defesa desses valores, sua pregação no campo econômico não chegou a ser determinante. Por mais que a realidade material e política do século XIX fosse denunciando seu caráter ideológico, sua posição como ideário filosófico e moral tinha primazia. Não por acaso, John Stuart Mill vai afirmar, em seus *Principles of political economy*, que não é por razões de eficiência, mas por seu papel na promoção do progresso individual e social que se deve manter o Estado, tanto quanto possível, ausente da vida econômica. Em outras palavras, uma vez que a liberdade e a propriedade privada eram as marcas constitutivas do indivíduo moderno, o progresso social ficava na dependência da promoção de sua autonomia (energia de caráter, inteligência, prudência, responsabilidade) e uma presença excessiva do Estado poderia pôr em risco esse progresso.⁴ É nesses marcos que está posto o liberalismo ao final do século XIX.

II

A história do século XX, desde seu início, imporia, porém, ao liberalismo, como ideário, um enorme refluxo, do qual ele só iria se recuperar a partir da década de 70, já porém com outras características. Dado o período extremamente

(4) Veja-se, a esse respeito, Mattos (1998: 107-144).

turbulento pelo qual passa o sistema, num lapso que compreende quase três quartos de século (do último quartel do século passado até o segundo deste), período que compreende grandes crises econômicas, duas grandes guerras, a revolução soviética e a ascensão do nazismo, o liberalismo vê sumir, sob seus pés, o solo objetivo em que se apoiava.

Numa importante arena, porém, permanece com força, por um certo tempo, um dos desdobramentos da doutrina liberal: na academia, o marginalismo, nascido ao final do século XIX e que tem suas raízes no utilitarismo, acaba por se tornar o paradigma mais importante da ciência econômica. Substituindo a teoria do valor-trabalho da economia clássica pela teoria do valor-utilidade, desprezando as classes e colocando em seu lugar os agentes econômicos, a economia neoclássica, como vem a ser conhecido o novo *approach*, ganha um enorme impulso com a teoria marshalliana e, incorporando os *insights* derivados do equilíbrio geral de Walras, domina a cena teórica e a discussão científica por quase 50 anos. Dada sua origem, porém, a teoria neoclássica foi se volatilizando em formulações e determinações cada vez mais abstratas, e acabou por ser atropelada por uma nova construção teórica, inequivocamente mais afinada com os problemas concretamente enfrentados nas primeiras décadas do século.

Depois da desastrosa experiência da crise de 29, vai ganhando força uma prática intervencionista do Estado que encontra sua matriz teórica na *Teoria geral do emprego do juro e da moeda*, que Keynes publica em 1936. Cria-se, com isso, uma espécie de consenso a respeito da necessidade de uma certa regulação externa ao próprio sistema, que soma, à perda de espaço social já experimentada concretamente pelo liberalismo, também um adversário teórico à altura da ortodoxia neoclássica. Os liberais estão, então, completamente na defensiva.

Na etapa que então se inicia, o mercado tem papel inegavelmente importante, mas não menos importantes são o Estado, o planejamento, as políticas públicas. Tudo se passou como se, depois de algumas grandes crises e duas guerras mundiais, o Ocidente tivesse finalmente encontrado o ponto de equilíbrio entre os resultados da estreita bitola do mercado de um lado e a imperiosa (ou iluminista) necessidade de rearranjá-los de outro. As idéias implícitas no referido consenso encontraram seu hábitat natural no estado do bem-estar social, no controle keynesiano da demanda efetiva e na regulação fordista do sistema e o capitalismo deslanchou tranqüilo por três décadas, crescendo de modo sustentado em todo esse período, já conhecido na literatura como “os anos de ouro”. Nesse contexto, advogar a redução da presença do Estado ou insistir no caráter virtuoso do mercado era quase uma heresia reservada aos membros da seita liberal.

No entanto, é nesse ambiente que, logo após o término da Segunda Guerra, nasce o neoliberalismo. Segundo Perry Anderson (1995), trata-se de uma reação teórica e política veemente contra o estado intervencionista e de bem-estar. Hayek é o protagonista deste ataque apaixonado contra qualquer limitação dos

mecanismos de mercado por parte do Estado, para ele uma ameaça letal não só à liberdade econômica como também à política. Hayek torna-se, ao final dos anos 40, o centro de um grupo de intelectuais afinados com esse mesmo credo, dentre os quais encontram-se, entre outros, Milton Friedman e Karl Popper. Seu objetivo era combater o keynesianismo e o solidarismo reinantes e preparar as bases para um novo capitalismo no futuro, um capitalismo duro e livre de regras. Para esses intelectuais, o igualitarismo promovido pelo estado do bem-estar destruía a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência, da qual dependia a prosperidade de todos. Na base de tais considerações, estava uma concepção de individualismo marcadamente distinta daquela que embasava a teoria neoclássica.

Não por acaso é Hayek o principal personagem desta recriação do liberalismo. Em seus escritos de meados dos anos 30, particularmente em alguns ensaios, depois reunidos em *Individualism and economic order* (1948), ele elabora uma crítica devastadora àquilo que chama de “falso individualismo” e que, para ele, preside as construções neoclássicas. Reivindicando-se herdeiro do verdadeiro individualismo, presente, por exemplo, em Smith, Hayek vai afirmar que o único antídoto possível contra teorias que deduzem a ação individual a partir da apreensão de estruturas sociais autônomas é a explicação dos resultados sociais em termos das ações individuais e que isso era precisamente o que a economia neoclássica não fazia. Com seu “individualismo racionalista”, como Hayek o denomina, e com seu pressuposto acerca do conhecimento objetivo dos fatos (informação perfeita), a teoria neoclássica estaria reduzindo todos os indivíduos, por particulares que fossem suas específicas situações, a átomos de comportamento idêntico e previsível. Sendo assim, o ótimo social (equilibrado e eficiente) podia ser então a priori desenhado e acabava por retirar do indivíduo a primazia que ele devia ter como fonte por excelência da ação.⁵

Para as convicções liberais de Hayek este resultado era desastroso e precisava ser questionado. A fragorosa derrota que em pouco tempo o keynesianismo impusera ao paradigma neoclássico e, particularmente, a importância prática que ganhara na realidade social do pós-guerra, certamente fortaleceu em Hayek sua percepção da necessidade de recuperar os princípios liberais que ele via enfraquecidos e, pior ainda, desguarnecidos de uma teoria econômica que lhe servisse de fundamento. Assim, ao invés da insistência, contraprodutiva para ele, na capacidade de o mercado atingir o equilíbrio e, mais que isso, o equilíbrio ótimo, tratava-se agora de defender o mercado como a única instituição capaz de respeitar a primazia do indivíduo, entendido corretamente como particularidade inserida num contexto social cuja totalidade lhe escapa. Nesse sentido, qualquer intromissão do Estado torna-se pernicioso e, nessa medida, irracional, pois parte do princípio de que resultados sociais promissores

(5) Em outro lugar (1996) explorei com mais detalhes os motivos da crítica de Hayek ao individualismo pressuposto pela teoria neoclássica.

podem ser intencionalmente buscados, o que, para ele, é impossível. A defesa do laissez-faire torna-se, portanto, a peça-chave desta versão moderna do liberalismo.

Aparece já aqui, portanto, a primeira das duas diferenças que distinguem o neoliberalismo do liberalismo original: menos do que uma doutrina social, política e/ou filosófica, o neoliberalismo fica constrangido a se apresentar fundamentalmente como uma receita de política econômica (abertura, estado mínimo, desregulamentação, etc.), desprezando, nessa medida, alguns dos nobres valores universais que primariamente lhe deram origem.

Mas esta mensagem do neoliberalismo, agora muito mais econômica do que qualquer outra coisa, ficou confinada à discussão teórica por mais de 20 anos, até encontrar, com a crise enfrentada a partir dos anos 70, um solo propício à sua difusão. A partir daí, tudo vira de cabeça para baixo e os sinais do jogo se invertem. O Estado surge de vilão, o mercado de panacéia. Todos os males parecem poder ser resolvidos pela abertura da economia, pela diminuição do Estado e/ou pela contração de seus gastos. No coração do sistema, os Estados Unidos atacam de *reaganomics* e *supply side economics*; a Inglaterra vem com Mrs. Thatcher e suas privatizações; para o terceiro mundo reserva-se o Consenso de Washington. Se antes era o neoliberalismo que ficava confinado no pequeno mundo de sua seita com sua meia dúzia de intelectuais, agora a situação se inverte. Alertar para as dificuldades do mercado em resolver determinados problemas cruciais, o do desemprego/exclusão em destaque, é visto como coisa de confraria.

Nesta nova quadra de sua história, porém, o agora (neo)liberalismo, ganha uma nova característica que tem a ver com a relação que ele vem a estabelecer com seus críticos. Ao desenvolver essa questão entraremos na segunda diferença que separa o neoliberalismo do liberalismo clássico que lhe deu origem. Premido pelas condições nas quais se recolocou no debate e grandemente auxiliado, nos tempos mais recentes, por uma suposta demonstração histórica da superioridade do mercado, o neoliberalismo acaba por exigir uma profissão de fé nas virtudes do capitalismo e da livre concorrência, não mais por uma questão de opção ideológica, em obediência a uma dada visão de mundo, mas por uma questão de respeito às coisas tais como elas são.

Não se trata mais, portanto, da ideologia como falsa consciência que marcou a natureza do liberalismo como verdadeira doutrina social em sua primeira fase. O que percebemos agora é o tom característico do sermão religioso, do discurso dogmático que exige rendição incondicional. Muito mais incisivo, por isso, do que o liberalismo original, o neoliberalismo demonstra uma capacidade insuspeitada de ocupar todos os espaços, de não dar lugar ao dissenso. Confirmando sua natureza de puro receituário econômico destinado a recolocar o mercado no lugar que de direito lhe pertence, essa característica onipresente do neoliberalismo tem levado, no limite (e contra Hayek), a transformar o processo politicamente moderno de nossas sociedades em meros rituais vazios, sem

nenhuma importância, processos que em nada modificam o curso inexorável da marcha econômica.

Segundo o mesmo Perry Anderson (1995), economicamente, o neoliberalismo fracassou, pois não conseguiu, nos últimos 20 anos, nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado. Socialmente, ao contrário, conseguiu muitos de seus objetivos, criando sociedades marcadamente mais desiguais, embora não tão desestatizadas como de início pretendia.

No plano político e no plano das idéias, porém, o neoliberalismo alcançou hoje um êxito num grau insuspeitado, com o qual os seus fundadores provavelmente jamais sonharam. E fez isso, simplesmente disseminando a idéia de que não há alternativas para seus princípios, de que todos, confessando ou negando, têm de se adaptar às regras que deles derivam.

Mas é preciso lembrar que esta característica do neoliberalismo não é privilégio desta fase contemporânea de sua existência. Ele já nasce assim, com essa idéia da inexorabilidade da sociedade de mercado, por injusta e lotérica que seja. Hayek concede que ela é mesmo amoral, mas é o que de melhor se pode conseguir! Se tentar conseguir algo melhor que isso, fica pior. Então não há saída. Temos de abrir mão de nossa suposta capacidade racional e nos submeter à lógica míope da economia de mercado, convivendo com seus resultados. É um fim melancólico demais, havemos de convir, para o homem moderno que se descobriu todo poderoso há alguns séculos em função de sua capacidade racional. Mas, como disse Weber às páginas finais da *Ética protestante*, “alcançamos com isto o campo dos juízos de crença e de valor, com os quais não deve ser sobrecarregada essa exposição” (1975: 132). Voltemos, pois, à nossa questão.

Resumidamente, poderíamos dizer então que o renascimento do liberalismo, promovido teoricamente por Hayek e seus companheiros na metade do século e aplicado na prática e globalmente a partir de meados dos 70, derivou da necessidade de recuperar os princípios que embasaram sua matriz original, dentre eles e de modo fundamental, a importância do indivíduo e de seu livre-arbítrio na sociedade moderna. Contudo, o ambiente teórico no qual se dá sua recuperação como ideário, de um lado, e as condições objetivas nas quais, três décadas mais tarde, ele se recoloca pragmaticamente em cena, de outro, impuseram-lhe não só um estreitamento de objetivos (e de valores), mas também sua transformação, já que não precisa agora do verniz ideológico para expressar um condicionamento social que é tomado *sans phrase* como desde sempre verdadeiro.

III

Como lembramos acima, é a partir de meados dos anos 70 que as práticas identificadas com o neoliberalismo começam a se fazer presentes, provocando uma inversão na forma de condução da política econômica até então em curso.

Há, contudo, quem discorde dessa interpretação. Para Peters (1998), tais práticas, até hoje vigentes, não podem ser identificadas *tout cours* com o neoliberalismo, mas constituem tão-somente uma “estratégia de liberalização”. Para ele, ao contrário, neoliberal teria sido a política econômica que legitimou os regimes militares dos anos 60 e 70, particularmente na América Latina, contra a planificação e a intervenção estatais. Recuperemos de forma mais detalhada seu argumento.

Segundo Peters, o *core* do neoliberalismo, cuja elaboração ele credita a Hayek e Friedman, “baseia-se em três importantes conceitos: informação imperfeita, liberdade individual e mercado” (1998: 352). Para definir o primeiro conceito, Peters lembra o Hayek de *Direito, Legislação e Liberdade* para quem, dada a informação imperfeita de que se dispõe sobre os eventos e desenvolvimentos futuros (e também passados), qualquer tentativa de planejamento ou de elaboração de políticas destinadas a alcançar determinados objetivos é “aistórica, irracional e condenada ao fracasso”. Indo mais além, o neoliberalismo vai afirmar que qualquer tentativa de planejar ou construir uma sociedade passando por cima dessas restrições é perigosa e constitui uma ameaça à ordem social vigente.

Quanto ao segundo conceito, Peters argumenta que “o neoliberalismo é baseado na liberdade e na propriedade privada de indivíduos que procuram maximizar suas preferências. Este comportamento, aparentemente natural e aistórico, é particularmente importante de um ponto de vista econômico porque leva à liberdade política. Assim, a liberdade econômica do indivíduo constitui a base para qualquer sociedade civilizada e é uma resposta direta ao totalitarismo ou a qualquer forma de planejamento econômico” (1998: 352). Em outras palavras, Peters está afirmando que, para o neoliberalismo, liberdade individual é sinônimo de liberdade econômica, porque dela decorre todo o resto.

Para o neoliberalismo, completa Peters, o mercado é o primeiro e o último objetivo da história humana. Mais uma vez ele lembra Hayek, para quem o mercado é “um sistema de comunicação que se mostrou ser o mais eficiente mecanismo, conscientemente criado pelo ser humano, para a utilização de informações originadas de inúmeras diferentes fontes” (Hayek, apud Peters, 1998: 352). E Peters conclui dizendo: “[Para o neoliberalismo], o mercado é a principal instituição econômica e social, por meio da qual os indivíduos ajustam suas preferências de acordo com os sinais dos preços, a despeito das restrições nas informações disponíveis” (idem).

Segundo Peters, esse arcabouço teórico foi muito influente na América Latina e foi diretamente ligado com os regimes militares e com a luta contra o totalitarismo. Em nome da liberdade e da necessidade de lutar contra qualquer forma de intervenção no mercado, o neoliberalismo teria acabado por legitimar esses regimes violentos (1998: 353).

Mais adiante, no intuito de distinguir o neoliberalismo daquilo que ele vai então denominar “estratégia de liberalização”, ele vincula também o neoliberalismo com o apoio a políticas de substituição de importações: “A partir dos anos 70, um crescente número de autores, particularmente nos Estados Unidos (...) passou a trabalhar no desenvolvimento do arcabouço teórico da estratégia de liberalização. A despeito de seu sólido embasamento no neoliberalismo e em seu arcabouço conceitual neoclássico, foram capazes de chegar a uma versão simplificada do desenvolvimento econômico e a sugestões concretas de política econômica. Em contraste com o neoliberalismo, eles dirigiram sua crítica para o modelo de industrialização via substituição de importações (ISI) da periferia, bem como para qualquer tipo de intervenção no mercado. Sua proposta central, a industrialização orientada para exportações (EOI), tornou-se o principal pilar do Consenso de Washington e da estratégia de liberalização na América Latina. (...) Os principais objetivos e propostas da EOI são a estabilização macroeconômica, a liberalização do comércio e a completa abertura das economias, a abolição das barreiras tarifárias e não-tarifárias, as estratégias antiinflacionárias e um Estado mínimo, todos eles vinculados a políticas monetárias e fiscais restritivas” (Peters, 1998).

Finalmente, conclui Peters: “Deste ponto de vista há uma diferença significativa entre o neoliberalismo e a estratégia de liberalização. Ao lado das diferenças históricas significativas nos contextos nos quais ambas as estratégias foram desenvolvidas e implementadas, a estratégia de liberalização é caracterizada por um reducionismo econômico e rudimentar, que não requer a violenta postura política que o neoliberalismo teve de adotar contra o totalitarismo, sustentando o autoritarismo” (1998: 354).

Há vários pontos importantes a serem destacados na argumentação de Peters. O primeiro deles é que causa certa estranheza a vinculação do neoliberalismo com o apoio às políticas substitutivas de importações, que vigiram em alguns países da América Latina entre os anos 50 e 70. Esse tipo de política, como é sabido, é, por definição, intervencionista, particularmente nos países periféricos, onde as classes empresariais locais são, regra geral, pouco schumpeterianas e, no mais das vezes, não suficientemente capitalizadas para enfrentar determinados empreendimentos. Além disso, a adoção dessa estratégia fez parte daquilo que se convencionou chamar “desenvolvimentismo” e que, com ou sem governos militares, constituiu a face terceiro-mundista da política intervencionista que marcou os “anos de ouro” do capitalismo.

Ao que parece, Peters vincula os dois elementos por conta da relação que vê entre o neoliberalismo e o apoio aos regimes militares que marcaram a história recente da América Latina. Evidentemente, ninguém desconhece que a maior parte desses regimes de exceção procurou se legitimar em nome da necessidade de enfrentar a “ameaça comunista” e, nesse sentido, mas só nesse sentido, certamente

ganhou o apoio dos liberais de plantão.⁶ Mas daí a podermos estabelecer um vínculo direto entre o ideário neoliberal e o apoio a políticas claramente intervencionistas vai uma enorme distância. Além do mais, pelo menos se pensarmos no caso do Brasil, veremos que, na política econômica levada a cabo pelos governos militares, estiveram presentes tanto as práticas afinadas com o modelo de substituição de importações (caso explícito do II PND), quanto as políticas de incentivo à exportação.

Mas o mais interessante, de nosso ponto de vista, no raciocínio efetuado por Peters, não está aí. Há uma questão de fundo, ou de fundamento, relacionada com a definição de neoliberalismo por ele elaborada. À primeira vista, a definição que ele fornece de neoliberalismo parece coerente com nossa própria reflexão sobre suas origens e seus fundamentos. Ao indicar a informação imperfeita como um de seus conceitos básicos, Peters parece estar perfeitamente a par das restrições de Hayek à argumentação neoclássica e, particularmente, à natureza do individualismo que o embasa.

Essa impressão, porém, começa a se desfazer quando ele afirma: “o neoliberalismo é baseado na liberdade e na propriedade privada de indivíduos que *procuram maximizar suas preferências*” (Grifo nosso) e, mais adiante, quando diz: “[Para o neoliberalismo], o mercado é a principal instituição econômica e social, por meio da qual os indivíduos ajustam suas preferências de acordo com os sinais dos preços, *a despeito das restrições nas informações disponíveis*” (Grifo nosso). Essas duas afirmações indicam que Peters está fazendo uma aproximação indevida do pensamento de Hayek e, por tabela, do neoliberalismo, com o paradigma neoclássico que foi, como vimos, objeto de violentas críticas por parte de Hayek. Para Hayek, ao contrário do que afirma Peters, o mercado mostra-se como a melhor organização social não “*a despeito das restrições nas informações disponíveis*”, mas exatamente *por causa* dessas restrições. A informação perfeita combinada com a idéia de indivíduos de comportamento idêntico é exatamente o que os transforma em átomos e a sociedade em algo cujo desenho ótimo pode ser a priori e intencionalmente traçado.

É a falta de uma clara percepção a esse respeito que faz Peters entender que há uma contradição entre, de um lado, a afirmação das restrições arroladas por Hayek e, de outro, a defesa dogmática do mercado: “Von Hayek e Friedman estavam a par das limitações do mercado, uma vez que a concorrência perfeita, a liberdade individual e a propriedade privada, bem como os ajustes instantâneos de

(6) No Brasil, o caso de Roberto Campos é exemplar, visto que não só apoiou o regime militar de 1964 como foi um dos principais mentores do PAEG, um extenso e detalhado programa de intervenção a longo prazo na economia brasileira. Vale a pena, nesse sentido, recuperar a avaliação que o próprio Campos faz do PAEG em *Conversas com economistas brasileiros*, organizado por Biderman, Cozac e Rego (Editora 34, São Paulo): “Foi pura ingenuidade, afirma Campos, imaginar que o Governo tivesse a capacidade de substituir o empresariado e o mercado e planejar a longo prazo” (1996: 46-47).

preços dependem de informação perfeita. O conceito de ‘mercado’ transforma-se então numa utopia e, *ainda assim*, ele é dogmaticamente defendido pelo neoliberalismo contra qualquer forma de planejamento e de intervenção estatal” (1998: 352 – Grifo nosso).

Ora, é justamente essa a acusação que Hayek faz ao approach neoclássico. Para ele, como vimos, é esse paradigma que, em nome de demonstrar suas virtudes, transforma o mercado numa utopia. Ao fazer isso, a economia neoclássica acaba por retirar do indivíduo o papel que lhe cabe nessa construção social, que não tem como ser planejada e cujos resultados não se pode pretender atingir intencionalmente, e dá ensejo, com isso, a um resultado que é ideologicamente contrário ao pretendido. Diz Hayek: “(...) por razões que eu irei apresentar, esse individualismo racionalista tende a se transformar no oposto do individualismo, ou seja, socialismo ou coletivismo. Eu reivindico para o primeiro individualismo [o do iluminismo escocês e de Smith] o nome de verdadeiro porque ele é o único consistente, enquanto o segundo será mais apropriadamente considerado como uma fonte de moderno socialismo, tão importante quanto as próprias teorias coletivistas” (1948: 4).

Parece-nos, portanto, que não procede a distinção proposta por Peters entre o neoliberalismo e o que ele chama de estratégia de liberalização. Evidentemente, podemos pregar esse rótulo no conjunto de medidas atualmente em voga, mas entendendo-as como resultado do próprio neoliberalismo e não como algo que se distinga dele. Como dissemos a defesa do *laissez-faire* é a que se reduz, em sua versão “neo”, o liberalismo. Logo, o reducionismo econômico que Peters credita à estratégia de liberalização é, em realidade, uma característica do neoliberalismo como tal. Mas o *laissez-faire*, se rigorosamente considerado, só faz sentido na arena global, de modo que foram as transformações experimentadas pelo capitalismo, a partir de meados dos 70, e não a luta contra o totalitarismo comunista que criaram as condições objetivas para a vitória prática do discurso neoliberal, cujas prescrições passaram então a ser intensivamente adotadas.

Corretamente entendido o neoliberalismo e a crítica metodológica em que ele se fundamenta, não corre-se o risco de associá-lo a práticas econômicas que lhe são absolutamente estranhas. Resta investigar como se vê Friedman nessa história toda, já que, a despeito de sua incansável pregação quanto às virtudes do mercado, nunca abandonou o paradigma neoclássico, como o fez Hayek, nem criticou-lhe os fundamentos. Pelo contrário, ficou famoso, no campo metodológico, justamente por sua posição instrumentalista e pela defesa do irrealismo dos pressupostos neoclássicos.

Leda Maria Paulani é professora do Departamento de Economia da FEA/USP.

Referências bibliográficas

- ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E., GENTILI, P. (Org.). *Pós-neoliberalismo – As políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- BENTHAM, J. *Uma introdução aos princípios da moral e da legislação*. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Coleção “Os Pensadores”).
- BIDERMAN, C. et al. *Conversas com economistas brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 1996.
- HAYEK, F. Individualism: true and false. In: INDIVIDUALISM and economic order. 1948.
- HUNT, E. K. *História do pensamento econômico*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- MATTOS, L V. *Economia política e mudança social – A filosofia econômica de John Stuart Mill*. São Paulo: Edusp, Fapesp, 1998.
- PAULANI, L. M. Hayek e o individualismo no discurso econômico. *Lua Nova*, n. 36, 1996.
- PETERS, E. D. México’s liberalization strategy, 10 years on. *Journal of Economic Issues*, v. XXXII, n. 2, Jun. 1998.

Resumo

O objetivo do presente artigo é mostrar que uma definição precisa do termo “neoliberalismo” passa pelo correto entendimento da natureza do individualismo que metodologicamente lhe serve de base. Partindo de uma breve recuperação da doutrina do liberalismo clássico, particularmente de seus desdobramentos no plano econômico, o trabalho mostra então, tomando por base Anderson (1995), as origens do neoliberalismo, sua relação com o ideário vigente no pós-guerra e sua vinculação com um determinado tipo de individualismo. Finalmente mostra-se a importância da correta compreensão dos fundamentos metodológicos do neoliberalismo, sob pena de se incorrer em equívocos como o de Peters (1998), para quem as políticas normalmente identificadas com o neoliberalismo, não podem ser assim rotuladas e devem ser consideradas apenas como uma “estratégia de liberalização”.

Palavras-chave: Liberalismo; Liberalismo econômico; Neoliberalismo; Individualismo metodológico; Política econômica.

Abstract

This paper aims to show that a precise definition of the term “neo-liberalism” needs a correct understanding about the kind of individualism that works as its methodological basis. Beginning with a brief recuperation of the liberal doctrine, particularly of its consequences for the economic level, the paper shows, using Anderson (1995), the origins of neo-liberalism, its relationship with the prevailing ideas in the post-war period and its link with a specific kind of individualism. Finally it shows that, without this correct comprehension, one could made mistakes as it occurs with Peters (1998), who asserts that the economic policies usually associated to neo-liberalism are not neo-liberal policies but only “liberalization strategies”.

Key words: Liberalism; Economic liberalism; Neo-liberalism; Methodological individualism; Economic policy.